



Declaração do VIII Encontro Cívico Ibero-americano

Madrid, 6 e 7 de Novembro de 2012

“Uma renovada relação na Ibero-América”

As organizações, plataformas nacionais e redes da sociedade civil, participantes no VIII Encontro Cívico Ibero-americano duzentos anos após a promulgação da primeira constituição liberal espanhola, assinada em Cádiz em março de 1812, fazemos chegar as seguintes reflexões e pedidos à XXII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Consideramos:

- Que a Comunidade Ibero-americana é o resultado da relação histórica que partilhamos com a América Latina e a Península Ibérica em ambas as margens do Atlântico. Neste sentido, como região, caracterizam-nos uma comunidade de línguas e valores; uma importante diversidade cultural, a mestiçagem da convivência de afrodescendentes, populações indígenas e de origem, e populações de origem europeia. A nossa identidade assenta também na nossa luta comum pela democracia, a defesa dos Direitos Humanos, a participação responsável na construção das políticas públicas, as relações económicas e a cooperação, entre outros.
- Que as organizações da sociedade civil somos um componente essencial dessa comunidade de valores e atores por pleno direito na construção da democracia e desenvolvimento das nossas populações. E por esse motivo assumimos as responsabilidades que nos correspondem na construção da Comunidade Ibero-americana da qual nos sentimos parte, para o que requeremos condições propícias que nos permitam desempenhar o nosso papel.
- Que além de todos estes aspectos importantes e que é necessário salientar, as relações estabelecidas e a cooperação entre ambas as margens também apresentou uma importante assimetria sobre a qual é preciso refletir devido às mudanças nas relações de poder económico e político a nível global e regional que têm vindo a acontecer nos últimos anos, num momento histórico que alguns consideram como uma verdadeira mudança de época, que implica sem dúvida mudanças na ordem mundial e nos tipos de relações entre os seus atores.
- Que, neste sentido, enquanto Portugal e Espanha trabalharam para sustentar a sua participação na UE, a América Latina encontra-se ainda num importante processo de organização regional plasmado na constituição da UNASUR e da CLAC. Com estas realidades dialoga e interage a Comunidade Ibero-americana, a que deve servir de ponte entre os processos de integração europeu, latino-americano e caribenho, assim



como contribuir para fortalecer o papel dos seus membros a nível internacional e global.

- Que a XXII Cimeira Ibero-americana tem lugar no momento de uma profunda crise internacional que interpela tanto os Chefes de Estado e de Governo como as populações de ambos os lados do Atlântico. Esta pede-nos para repensar e reformular os conteúdos dos nossos acordos políticos fundamentais, como o fez no seu momento a Constituição de Cádiz, para salvaguardar as bases da convivência democrática e a coesão social.
- Que isto é particularmente grave em Espanha e Portugal que enfrentam uma das crises política, econômica e financeira mais significativa das últimas décadas, com as consequências que se visualizam na diminuição do Estado, os profundos cortes nas políticas setoriais, os altos índices de desemprego e o crescimento dos índices de pobreza e desigualdade, entre outras manifestações.
- Que, pelo seu lado, a América Latina, que no passado conheceu longas e recorrentes crises, com inflação, estagnação em empobrecimento, está a transitar nos últimos anos para processos de crescimento e desenvolvimento, mas nos quais persistem ainda profundas desigualdades, assim como processos democráticos, que não sem dor foram postos em perigo como nas Honduras e no Paraguai, com as diferenças correspondentes.
- Que, neste contexto, a América Latina, perdeu relevância como receptora de fundos à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Esta descida nos fluxos de fundos vê-se acompanhada com a retirada da cooperação tradicional de alguns países com graves impactos nos setores mais empobrecidos e dependentes da cooperação internacional.
- Que, paralelamente e como expressão destes resultados, alguns países latino-americanos, classificados como de Rendimentos Médios Altos, assumiram abertamente o seu compromisso de apoiar países de desenvolvimento relativamente menor sobre a base de “responsabilidades diferenciadas” vis a vis os doadores tradicionais. Com isto está ligado o crescente protagonismo relativamente à Cooperação Sul-Sul (ou “horizontal”) e Triangular, tanto entre os países da própria região como entre países fora da região.
- Que como se reconheceu na “Declaração de Santiago” do VI Fórum euro-latino americano caribenho da Sociedade Civil em Santiago do Chile, em setembro de 2012, entendendo que *“...as soluções de mercado que se têm vindo a implementar orientam-se para proteger unicamente os interesses dos grandes capitais. Por sua vez comprovamos que as nossas populações estão a reagir, a protestar e a propor. Em especial, os mais afetados: mulheres, jovens, crianças, comunidades afrodescendentes, o mundo da diversidade sexual, estudantes, trabalhadores, desempregados, deslocados, populações indígenas, migrantes e incapacitados, que estão mobilizados com a finalidade de aprofundar as suas exigências e gerar soluções, alternativas e criativas. Enquanto as populações da Europa resistem à tentativas de pagar injustamente os custos da depressão econômica, na América Latina os afetados pelo*



modelo neoliberal e pelos processos de mercantilização dos bens públicos, rebelam-se contra os privilégios do sistemas financeiro que é o causador da atual crise.”

- Que os países e atores da sociedade civil apoiem o processo de diálogo de paz na Colômbia e instam as partes em conflito a demonstrar vontade política para encontrar soluções pacíficas e conseguir a reparação às vítimas.

Propomos aos Chefes de Estado e de Governo que fazem parte da Comunidade Ibero-americana:

- Que as afirmações anteriores sirvam como base para estabelecer, com argumentos novos, relações entre os nossos países mais horizontais, inclusivas, e que tenham no horizonte os desafios globais como são o meio ambiente, as mudanças climáticas, os bens globais, a igualdade de gênero e o respeito pelos direitos humanos, que, ainda em muitos países passam pela erradicação da pobreza e a luta contra as desigualdades e a exclusão social.

Que os estados e os governos:

- Promovam uma agenda pós-2015 na qual se dê prioridade à luta contra todas as formas de desigualdade, exclusão e discriminação, ao desenvolvimento sustentável nas suas múltiplas dimensões e uma aposta inequívoca na justiça social. Revejam e modifiquem o atual modelo de desenvolvimento que tem como característica a concentração da riqueza em poucas mãos, o aumento das desigualdades, a falta de segurança alimentar e a deterioração do meio ambiente.
- Reconheçam as contribuições históricas das populações afrodescendentes, indígenas e de origem. Que promovam e implementem políticas públicas encaminhadas para a inclusão plena dos mesmos tomando em conta e respeitando a diversidade cultural, garantindo assim o respeito e o cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais. Que reforcem as competências em matéria de regulação dos investimentos estrangeiros, garantindo a sua plena soberania em matéria energética e o direito a decidir das populações sobre o seu território.
- Promovam políticas fiscais progressivas, assim como impostos sobre as transações financeiras internacionais e que se destinem os recursos obtidos ao financiamento das políticas de luta contra a pobreza e satisfação de necessidades sociais básicas.
- Proíbam os paraísos fiscais e aumentem a fiscalização e o controlo dos bancos e instituições financeiras, colocando em primeiro lugar a economia real relativamente à especulativa e as pessoas acima dos mercados.
- Garantam o acesso à água como bem comum e direito humano fundamental, estabelecendo normas explícitas que impeçam a sua privatização e mercantilização, assegurem a soberania e segurança alimentar, preservem os bens comuns, respeitem e garantam a diversidade e cosmovisão das populações e travem a acumulação de terras.



- Assumam de modo ativo as “Metas educativas 2021”, entendendo que uma educação inclusiva é uma das ferramentas mais eficazes contra a exclusão e a desigualdade.
- Adequem a política migratória aos padrões da legislação internacional humanitária, garantindo o respeito pelos direitos humanos e a eliminação de todas as formas de discriminação e criminalização dos mesmos, especialmente nos centros específicos de retenção de estrangeiros.
- Garantam e aumentem oportunidades de trabalho decente para homens e mulheres com segurança laboral.

Em relação à cooperação para o desenvolvimento, que:

- Seja uma expressão da solidariedade na comunidade ibero-americana e seja considerada uma política prioritária e imprescindível; por isso solicitamos que os governos renovem e reforcem o seu compromisso de realizar a AOD na meta de 0,7% do RNB.
- Perante a descida de recursos de AOD para a região, que se revejam os critérios que excluem os países de rendimentos médios dos recursos da cooperação, incorporando indicadores de bem-estar humano, além do RNB que meçam também os níveis de desigualdade, assim como da sustentabilidade ambiental e reforçando os objetivos de erradicação da pobreza como problema global.
- Garantam a coerência de políticas para assegurar que os efeitos de todas as políticas públicas estejam em concordância com os objetivos de desenvolvimento.

Em relação à participação da sociedade civil, que:

- Garantam a liberdade de associação, o respeito pela autonomia e independência das organizações da sociedade civil, a não criminalização dos protestos sociais. (VII Encontro Cívico Ibero-americano, 2011)
- Garantam o direito das organizações, plataformas e redes da sociedade civil e sindicatos a participar plenamente nos processos de construção das políticas públicas como atores políticos genuínos na gestão do desenvolvimento, tal como foi reconhecido no Plano de Ação de Accra e na Declaração de Busan.
- Garantam e promovam um enquadramento favorável para a ação da sociedade civil, reconhecendo o papel das organizações sociais no funcionamento das democracias e facilitando um financiamento adequado que permita a sua sustentabilidade.
- Promulguem e cumpram normas jurídicas que reconheçam a especificidade das Organizações da Sociedade Civil e suas redes.
- Avancem na democratização das comunidades possibilitando o acesso da sociedade civil à propriedade dos meios de comunicação, com políticas públicas e de cooperação ativa para facilitar a sustentabilidade econômica e jurídica a fim de garantir o exercício deste direito básico das populações, assim como o acesso à informação pública, para garantir a auditoria social.



- Estabeleçam mecanismos de participação da Sociedade Civil na definição de estratégias, execução, seguimento e avaliação na Cooperação Sul-Sul e na Cooperação Triangular Ibero-americana como mecanismo de garantia democrática e transparência das políticas públicas.

Comprometemo-nos a:

- Promover processos de transparência e bom governo no interior das organizações, expresso nos Princípios de Istambul no Quadro Internacional para a Eficácia das Organizações da Sociedade Civil no Desenvolvimento.
- Fortalecer os mecanismos de diálogo e articulação entre as nossas organizações, redes e plataformas para um seguimento atento e proativo da construção da Comunidade Ibero-americana, em especial através dos Fóruns Cívicos, mas também através de outros mecanismos que assegurem a continuidade dos nossos trabalhos.
- Assumir o compromisso de promover o diálogo com os governos dos nossos países relativamente aos assuntos que compõem a agenda ibero-americana para o que pedimos para fortalecer e/ou estabelecer espaços de interação entre autoridades e organizações da sociedade civil a nível nacional e ibero-americano.
- Fazer o seguimento dos compromissos adotados pelas organizações sociais perante as cimeiras Ibero-americanas.

Rever a formação e o funcionamento da Comissão Articuladora dos Encontros Cívicos de forma a que a mesma se possa fortalecer e desenvolver um plano estratégico operativo a ser referendado no próximo encontro do Panamá.

Madrid, 7 de novembro de 2012